

Projecto-Resolução n.º 940/XV/2ª

Recomenda ao Governo o alargamento urgente da Rede de Cuidados Paliativos

Exposição de motivos

O SNS está em crise e todos os seus serviços estão em ruptura, em consequência das derivações ideológicas dos últimos Governos.

Hoje temos mais de 1,6 milhões de portugueses sem médico de família; falta de medicamentos; tempos de espera para consultas de especialidade cada vez mais alargados e alguns até com anos de espera; urgências hospitalares a fechar; promessas de construção de hospitais há mais de quarenta anos e que continuam por cumprir, entre outras coisas.

Por outro lado, a degradação do SNS faz com que os profissionais de saúde abandonem os serviços públicos procurando melhores condições de trabalho no setor privado ou mesmo fora do país.

Infelizmente os cidadãos com necessidade de cuidados paliativos são os mais vulneráveis e mais penalizados, pois precisam de resposta imediata e o seu estado clínico não lhes dá tempo de espera, pois a morte está por escassos meses, por semanas e em alguns casos por dias.

Segundo o Atlas Global de Cuidados Paliativos, em média e em termos globais, apenas uma em cada dez pessoas que precisam deste tipo de cuidados conseguirá efectivamente obtê-los¹. A Organização Mundial de Saúde divulgou ainda que anualmente mais de 20 milhões de pessoas precisam de recorrer a cuidados paliativos, sendo que 6% destas são crianças.²

¹ Disponível online em [Global Atlas of Palliative Care, 2nd Ed 2020 - thewhpca](#).

² [OMS: mais de 20 milhões precisam de cuidados paliativos todos os anos | ONU News](#)

Especificamente em Portugal, segundo a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, temos mais de 100 mil doentes, mas destes só 30 mil encontram resposta na Rede Nacional de Cuidados Paliativos³.

Esta situação ganha especial preocupação porque Portugal encontra-se entre os países com população mais envelhecida e, por consequência, com uma maior prevalência de doenças crónicas. De acordo com OCDE – Better caring at the end of life de 2023⁴, cerca de 90% dos cidadãos europeus morre em consequência de doenças crónicas e progressivas, facto que demonstra a necessidade de respostas paliativas.

Há promessas de alargamento de respostas, mas estas tardam a sair do papel. A realidade é que cerca de 70% dos doentes com necessidades de cuidados paliativos e as suas famílias são entregues à sua sorte, abandonados pelo SNS, não têm outra solução que não procurar resposta no setor privado ou, para quem não tem condições económicas de o fazer, acabam por morrer desacompanhados em casa ou num qualquer corredor de hospital. Assim, é urgente e prioritário inverter esta situação.

A solução passa pela construção imediata de novas unidades de cuidados continuados, a reabilitação de espaços de saúde fechados para o aproveitamento e assistência aos doentes, a criação de mais equipas de acompanhamento domiciliário, o reforço de meios materiais e humanos nas equipas existentes, assim como a atribuição de um cheque cuidados paliativos que permite à pessoa que não tem resposta no serviço público, aceder a esses mesmos serviços no privado.

É preciso que o Governo reconheça a necessidade de investir em políticas públicas direcionadas para o término da vida, o envelhecimento da população e a maior preponderância de doenças como o cancro e demências, assim o exigem.

Pelo que, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

³ [A Tua Vida Importa-nos | APCP - Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos](#)

⁴ [Time for Better Care at the End of Life | en | OECD](#)

1. Proceda à implementação urgente de um programa de alargamento da rede de cuidados paliativos com reabilitação de espaços e a construção de novas unidades em todo o território nacional.
2. Crie novas equipas de cuidados paliativos em regime ambulatorio bem como proceda ao reforço de recursos materiais e humanos das equipas já existentes.
3. Proceda à criação de um Cheque Cuidados Paliativos para todos os doentes que não encontrem vaga em tempo útil no setor público.

Palácio de São Bento, 13 de outubro 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa